



**DISCURSO PROFERIDO PELO SENHOR EVERALDO  
DOS SANTOS – REPRESENTANTE DO SINTERP - NA SESSÃO  
ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA  
26 DE MAIO DE 2014 – TRIBUNA POPULAR**

Boa tarde a todos. É com muita honra que o Sindicato, na minha figura, como coordenador da entidade, vem agradecer a compreensão dos senhores em terem aprovado o Projeto de Lei 646/2013, do então vereador, radialista, Leandro Guerrilha, onde embora temos uma data comemorativa, que é o dia 21 de setembro, ela foi alterada, sancionada pelo então presidente Lula durante o seu mandato, em homenagem a Ary Barroso.

A classe não entende desta forma, até porque não houve nenhum tipo de consulta pública e nós, enquanto representantes de um dos principais segmentos da comunicação, queremos manter a nossa data, e a Bahia, em especial Salvador, saem na frente em sancionar em respeito ao que, na verdade, se iniciou, que é o Decreto Lei dos Radialistas no dia 21 de setembro.

Gostaria também de aproveitar a oportunidade, diante de tantas desocupações que estão sendo feitas num processo de legalização pelo município, de tentar reconstituir valores e resgatar a imagem dos comunicadores radialistas no Estado, construindo uma área onde possa ocupar radialistas numa sede de lazer. E aí contamos também com a compreensão dos



senhores numa aprovação futura, que não seja tão longa, em defesa a essa classe tão valiosa.

A outra, é o respeito ao modelo que é aplicado ao nível de contratação. O radialista é uma das atividades onde há uma invasão muito alta, todos querem ser radialista.

Políticos, religiosos, árbitros de futebol, jogadores, médicos, advogados, falamos por todas as classes, pela educação, pela saúde, até pela segurança do Estado.

No entanto, não temos quem se disponibilize a defender os direitos da categoria, e, muito longe daquilo que é imaginado, o radialista não é estabelecido na imagem das estrelas que constituem os veículos de comunicação.

Uma pequena massa desse número é que, na verdade, tem privilégio, o que gostaríamos de manter, sim. Brigar pelo respeito e a valorização da profissão na forma da contratação.

E aí conto mais uma vez com a compreensão deste plenário para que faça valer o modelo real de contratação, partindo da premissa que o Poder Público deve estabelecer critérios para ingressar na profissão. Deva ter o registro profissional, deva, de fato, ser um profissional regulamentado. Não temos nada contra desde que estejam regulamentados.

A gente trabalha com isso, a exemplo do que acontece nas atividades festivas da capital: São João, carnaval e várias outras atividades que por aqui acontecem.



E, gostaríamos, sim, que fosse respeitada e essas contratações fossem, devidamente, como estabelece a lei - existe uma lei federal onde consta e estabelece critérios de regulamentação, e gostaríamos que fosse mantida sobre isso.

A outra é falar sobre a democratização da comunicação.

É um caminho que está sendo tomado pelo país quebrando o pacto da hegemonia por parte da concentração da mídia na mão de poucos.

Hoje, quase não se contratam profissionais, mas a exploração é muito alta e um número cada vez menor de trabalhadores em postos de trabalho.

Eu acredito que interessa a todos, parece irrelevante, mas é de interesse.

O radialista só aparece na necessidade da ascensão. Quando um político, um artista quer se promover, automaticamente, ele enxerga o profissional, enxerga o radialista como bom. Mas na medida em que é agredido ele é ameaçado de morte.

Também brigamos contra crimes numa federalização de crimes contra profissionais da comunicação em geral. É uma prática do passado que achávamos que estava morta e, no entanto, continua acontecendo tanto no setor comercial quanto na mídia alternativa. Isso não importa sejam trabalhadores comunitários ou de rádios comerciais ou emissoras de TVs.



Estamos quase sempre ameaçados. Alguns dizem que os conselhos montados surgem como ameaças, uma mordada à liberdade de expressão. Muito pelo contrário, ele serve para criar critérios, serve para criar regras como em toda e qualquer profissão.

Esta Casa constitui-se de regras, e, não é diferente na comunicação. Ela deve ser respeitada e contamos muito com a compreensão dos senhores na medida em que a Casa só estabeleça critérios de contratações, seja para qualquer atividade que desenvolva atividades públicas na contratação de profissionais sejam eles jornalistas, radialistas, relações públicas ou qualquer outra atividade e a nossa em especial.

E, é nesse sentido que estamos aqui reivindicando e contando com a compreensão dos senhores.

No mais, só temos que agradecer. Primeiro, agradecer ao Leandro Guerrilha pela profissão, que é um radialista nato, e vários outros que também são da profissão que não tenham receio, que de fato fale e abrace pela profissão, se engaje na nossa luta.

Recentemente, passamos pela nossa negociação coletiva. Não tem quem nos defenda, falamos de todo e qualquer assunto, inclusive da política dentro das emissoras de rádio onde se injetam milhões. Mas não temos esse direito perante uma concessão que é pública, mas os senhores podem fazer isso. E se for falta de ocupação, responsabilidade não falta,

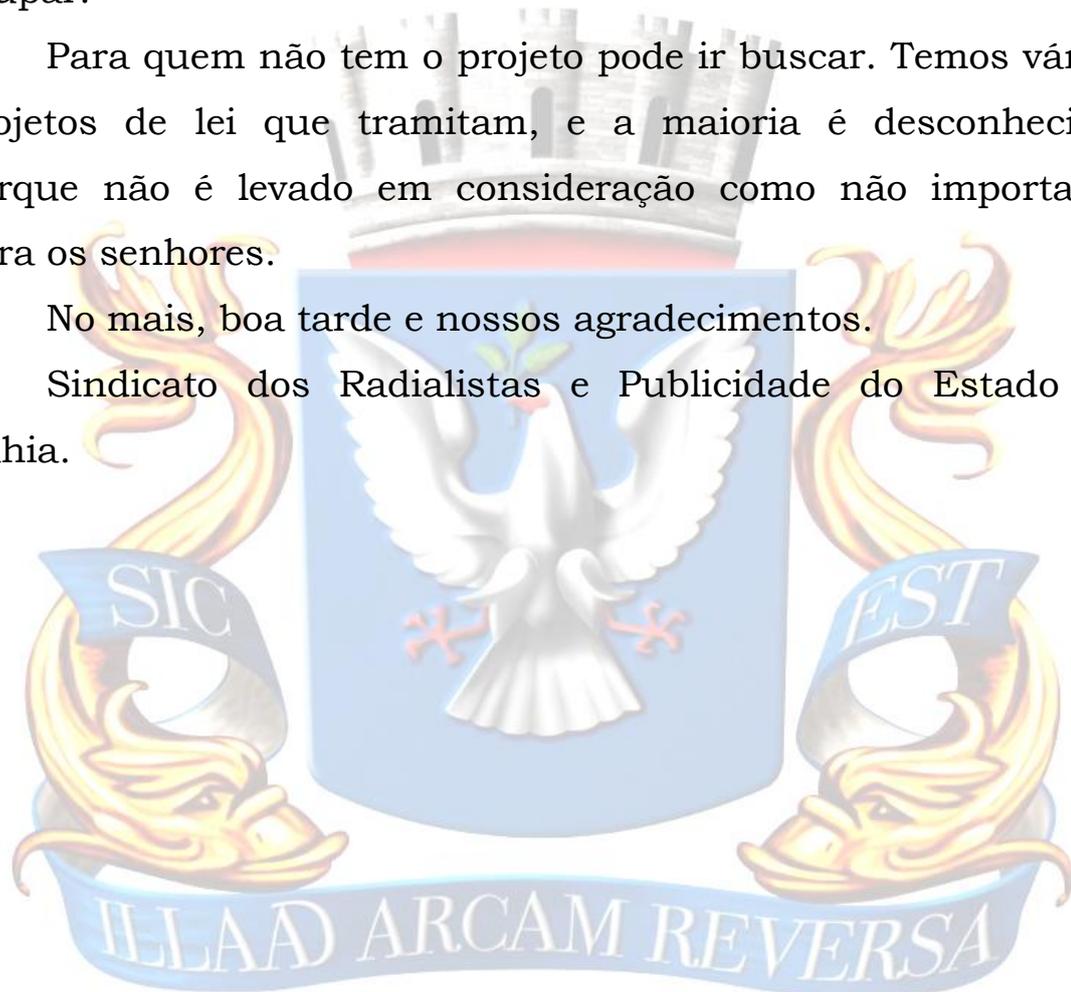


porque temos muita. Basta procurar o sindicato que, certamente, terão, no mínimo, cem atividades para poder se ocupar.

Para quem não tem o projeto pode ir buscar. Temos vários projetos de lei que tramitam, e a maioria é desconhecida, porque não é levado em consideração como não importante para os senhores.

No mais, boa tarde e nossos agradecimentos.

Sindicato dos Radialistas e Publicidade do Estado da Bahia.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SALVADOR**